COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO N°, DE 2025 (DO SR. DR JAZIEL)

Solicita realização de Audiência Pública para debater a implementação da Lei nº 15.176/2025, que institui a Política Nacional de Atendimento às Pessoa com Fibromialgia.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública no âmbito desta Comissão Permanente "Comissão de Saúde" para discutir a implementação da Lei nº 15.176/2025, que institui a Política Nacional de Atendimento às Pessoas com Fibromialgia, recentemente sancionada.

O debate é de extrema relevância, visto que a fibromialgia é uma condição incapacitante que atinge milhões de brasileiros, exigindo políticas públicas efetivas e integradas nos níveis federal, estadual e municipal. A audiência permitirá a escuta de especialistas, autoridades e representantes da sociedade civil, garantindo a participação social no processo de regulamentação e execução da referida lei.

Sugiro como convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Conselho Federal de Medicina;
- Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde -CONASS;
- Flávia Mesquita, Presidente da Associação Nacional de Fibromialgicos e doenças correlacionadas – Anfibro;





- Márcia Caires Vice Presidente da Associação Nacional de Fibromiálgicos e doenças correlacionadas - Anfibro;
- Léo Ávila, representante do Tudo sobre Dor;
- Fernando Freitas, Presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal - ASSEJUS;
- Eduardo Santana, representante Classificação Internacional de Funcionalidade - CIF;
- Felipe Reis, Presidente Associação Internacional para estudo da Dor - IASP Brasil;
- Dra. Silvana, Deputada Estadual.

JUSTIFICAÇÃO

A fibromialgia é uma condição crônica incapacitante que afeta milhões de brasileiros, com impactos significativos na qualidade de vida, na capacidade laborativa e no sistema de saúde. Ela é marcada pela dificuldade de acesso a diagnóstica e tratamento adequados.

A recém-sancionada Lei nº 15.176/2025, que institui a Política Nacional de Atendimento às Pessoas com Fibromialgia, representa um marco importante, mas sua efetividade dependerá de regulamentação clara e da implementação integrada entre União, estados e municípios.

A realização desta audiência pública permitirá o diálogo entre autoridades, especialistas, sociedade civil e representantes de pacientes, assegurando participação social e contribuindo para a construção de políticas públicas efetivas e inclusivas.





Sala das Comissões, em Brasília de 27 agosto de 2025.

Dr. JAZIEL

Deputado Federal – PL/CE



